

# Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas

Nadir Zago\*

## Resumo:

O artigo está voltado para os cursos pré-vestibulares também chamados comunitários ou populares que se consolidam no Brasil na década de noventa e têm como principal objetivo a democratização do ensino. Nos últimos anos é notória a intensificação da demanda pelo ensino superior em decorrência da expansão do ensino básico, da urbanização e das transformações do mercado de trabalho, com profundas repercussões no desemprego, sobretudo entre os jovens. As políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público para prolongar sua escolarização. Considerando a reduzida produção sobre o tema, procuramos levantar um breve histórico sobre a existência desses cursos no país. Faz parte também dos objetivos deste artigo, apresentar parte dos resultados de uma pesquisa com inscritos no processo de seleção e estudantes de um curso pré-vestibular popular existente na cidade de Florianópolis, destacando a composição social de seu público e seu projeto voltado para uma política de redução das desigualdades educacionais, seus limites e possibilidades.

**Palavras-chave:** Ensino superior-Seleção. Vestibulandos-Aspectos sociais.

---

\* Doutora em Educação pela Université René Descartes, França. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação (CED)-UFSC.

## Introdução

Podemos verificar, nos últimos anos, uma intensificação da demanda pelo ensino superior entre os jovens de baixa renda, mobilização não isenta de contradições uma vez que as políticas de expansão mediante a privatização do ensino superior brasileiro não favoreceram o acesso dos egressos do ensino médio que dependem essencialmente do ensino público. No período 1960-1970, enquanto as matrículas nas instituições públicas registravam um crescimento da ordem de 260%, as matrículas do setor particular cresciam mais de 500%. Na década seguinte 1970-1980, o crescimento do setor privado foi de 311,9% e o do setor público, de 143,6%” (SAMPAIO, 2000, p. 57). A expansão do setor privado não parou. A universidade pública expandiu-se mas, sobretudo a partir dos anos 70 do século XX até os dias atuais, as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2003, p. 8-19). Dados como esses confirmam a expansão que, conservadora em sua essência, manteve o caráter elitista do ensino superior.

Os cursos pré-vestibulares populares (PVP) ou também chamados comunitários surgem nesse contexto contraditório do sistema educacional, com profundas desigualdades no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Presenciamos desde os anos 90 várias iniciativas organizadas para protestar contra essa realidade e ao mesmo tempo produzir ações de combate às desigualdades na educação. Como observam Dourado, Catani e Oliveira (2004, p. 101-102),

a partir de meados dos anos 90, tornaram-se crescentes as ações e debates envolvendo a ampliação e a diversificação do sistema, evidenciados pela criação dos cursos seqüenciais e de alternativas ao vestibular aberto pela LDB (Lei n. 9.394/96); pelo novo programa de crédito educativo (FIES); pela pressão exercida por grupos historicamente excluídos do ensino superior – mediante movimentos de isenção da taxa de inscrição para o vestibular e da experiência dos cursos pré-vestibulares alternativos -; e ainda pela introdução do sistema de cotas para alunos negros

e outros, oriundos de escolas públicas, como nova forma de acesso à educação superior.

Este artigo tem seu objetivo voltado para uma das iniciativas acima citadas: os cursos “alternativos” de preparação para o vestibular. Os pré-vestibulares populares (PVP) fazem parte de uma mobilização coletiva que vem sendo desenvolvida nos últimos anos pela democratização do ensino no país. Não se trata portanto de iniciativas isoladas, senão que reflete a preocupação nacional com a problemática do acesso à universidade pública e com o aumento da demanda da população pelo ensino superior impulsionada pela expansão do ensino básico, pela urbanização e pelas transformações do mercado de trabalho. É neste quadro mais global da sociedade que vamos observar um aumento considerável na demanda pelo ensino superior e conseqüentemente maior desproporção na relação candidato/vaga nos últimos anos, fenômeno que intensificou a competição por um lugar na universidade e, ao mesmo tempo, a inflação dos diplomas.

Ao eleger o tema dos PVP para este trabalho temos também por objetivo ampliar a compreensão em torno dos limites e possibilidades de algumas formas alternativas de formação para o vestibular na problemática da democratização do ensino superior. Faremos um breve panorama desses cursos no país para posteriormente situar dados de uma pesquisa que desenvolvemos com inscritos e estudantes do Pré-Vestibular Cidadania, situado na cidade de Florianópolis – Santa Catarina (SC). Ao apresentar parte dos seus resultados, procuramos destacar a composição social de seu público e seu projeto voltado para uma política de redução das desigualdades educacionais.

### **Pré-vestibulares populares : breve histórico e caracterização**

As primeiras experiências dos núcleos de pré-vestibulares populares surgem no Brasil na segunda metade dos anos 80, consolidam-se na década de 90 do século XX e têm como principal objetivo a democratização do ensino.<sup>1</sup> Esses cursos surgem em um contexto contraditório do sistema educacional que, conforme observações acima, se por um lado ampliou consideravelmente o número de vagas de outro mantém profundas desigualdades no acesso ao ensino superior. Fazem parte de grupos sociais

tradicionalmente excluídos do ensino superior (negros, moradores de bairros populares, egressos de escolas públicas), cuja problemática originou movimentos sociais que reivindicam seu acesso, bem como o fortalecimento da universidade pública.

Não há dados precisos sobre os pré-vestibulares existentes, mas há estimativas, conforme dados de 2001, da existência de 800 núcleos em todo país, com maior representatividade na região sudeste. Apesar das diferenças nas formas de organização e funcionamento, os estudos analisados nos permitem identificar algumas características que definem as propostas políticas e as condições de existência desses cursos, entre elas.<sup>2</sup>

- ♦ atendimento aos setores, grupos ou frações de excluídos socialmente do acesso ao ensino superior e egressos de escolas públicas;
- ♦ são cursos gratuitos na sua maioria ou que cobram uma taxa que varia entre 5% a 10% do salário mínimo para despesas básicas relacionadas à manutenção das suas estruturas, transporte para professores e outros colaboradores;<sup>3</sup>
- ♦ as propostas pedagógicas não têm como único objetivo a preparação para o vestibular. Na maioria dos PVP há um eixo curricular denominado “cultura e cidadania”, nomenclatura da disciplina obrigatória que privilegia um trabalho educativo voltado para o exercício da cidadania e este compreende a formação de uma consciência crítica frente aos problemas políticos, sociais e de discriminação racial no país;
- ♦ seu corpo docente e administrativo está apoiado em um trabalho de caráter voluntário;
- ♦ poucos são os cursos que possuem sede própria, eles funcionam em locais bastante diversificados: escolas, universidades, instituições religiosas, associações comunitárias, entre outros;
- ♦ o número de vagas oferecido é variável segundo cada experiência.

A literatura consultada sobre o assunto indica que as experiências existentes no país contam com iniciativas e participação de diferentes grupos, mas destaca sobretudo a igreja católica, o movimento negro em diferentes vertentes, o movimento estudantil, movimento sindical e o movimento comunitário.

Parte significativa das experiências surge de projetos liderados pelos diretórios acadêmicos e movimento estudantil. São iniciativas que contam com a participação de estudantes da graduação e pós-graduação e, geralmente, também de outros setores da universidade, além de outras parcerias.<sup>4</sup>

Outros são liderados pelo Movimento Sindical ou ainda pelo Movimento Comunitário, para os quais essas iniciativas de educação popular tem entre seus objetivos a preparação e renovação de dirigentes e de suas formas de ação (OLIVEIRA, 2001, p. 93). A autora cita duas experiências sindicais que vêm servindo de referência para a criação de novos pré-vestibulares populares no Estado de origem e no país. Um deles é o projeto Pré-Vestibular criado e desenvolvido desde 1986 pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTURF), filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Este integra um projeto voltado para os trabalhadores da educação e dependentes, trabalhadores sindicalizados de universidades públicas e outras categorias e comunidades populares do Rio de Janeiro. Ainda no campo sindical cita o Pré-Vestibular alternativo da Associação dos servidores da UERJ (ASUERJ), em funcionamento desde 1998, implantado para funcionários e dependentes da universidade e desde 1999 também para a comunidade externa, oriunda de escolas públicas.

Com uma representação significativa figuram ainda os pré-vestibulares originários do Movimento Negro ou os núcleos da Pastoral do Negro ligados à Igreja Católica ou a outras entidades. Conforme ainda a mesma autora, “A igreja católica atua através da Pastoral do Negro, o Movimento Negro, por sua vez, atua através de suas diferentes vertentes” (OLIVEIRA, 2001, p. 93), como a do movimento estudantil. Em geral estão voltados para a população negra e de baixa renda. De acordo com a bibliografia consultada, “o movimento de pré-vestibulares étnicos nasceu na Bahia com o nome de Pré-Vestibular para Negros, a partir de reflexões das entidades negras” (PAULO, 2005, p. 25) e sua proposta influenciou outros movimentos. Um exemplo é o Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Seus primeiros núcleos surgiram na baixada fluminense em 1993. O primeiro deles foi concebido e organizado por um grupo de educadores oriundos da pastoral do negro da igreja católica. A origem desse movimento está relacionada às dificuldades de acesso ao ensino superior dos grupos

populares, à baixa qualidade do ensino médio na Baixada Fluminense e ao baixo percentual de estudantes negros nas universidades (menos de 2% dos estudantes, em 1993) (OLIVEIRA, 2001, p. 109).

Alguns indicadores mostram a importância do movimento negro em experiências como a do Rio de Janeiro. Conforme matéria publicada na Folha de São Paulo, um dos cursos comunitários de maior repercussão é o Núcleo Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), do movimento Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (EDUCAFRO).<sup>6</sup> Em 2000 há registros de 40 núcleos no Rio de Janeiro e 30 em São Paulo (CURSO POPULAR..., 2000). Em outra reportagem, dois anos depois, encontramos registros de 200 núcleos no Rio de Janeiro e em São Paulo, com 14 mil alunos (MOVIMENTOS SOCIAIS..., 2002).

Como observa Silva (2005, p. 2), “é possível perceber a presença de várias vertentes ideológicas dentro do movimento do PVNC, das quais se destacam como principais as religiosas e a político-partidária.” O autor indica também que essas duas vertentes geraram tensões e rupturas dentro do PVNC originando novas experiências, como a do Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha, com mudanças na postura político-ideológica à medida que passou a adotar “uma perspectiva que vai além das questões raciais.” (SILVA, 2005, p. 3).

Os PVP têm também origem nos movimentos comunitários, com diferentes sujeitos sociais envolvidos: professores de escola pública, estudantes, centros comunitários. Oliveira indica algumas dessas experiências: Pré-Vestibular da Maré (RJ), do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré; o Pré-Vestibular Mangueira Vestibulares, criado em 1990 por um grupo de professores de uma escola pública na comunidade da Mangueira; o Pré-Vestibular Comunitário de Osvaldo Cruz, criado em 1996 pelo Centro Comunitário de Capacitação Profissional Paulo da Portela (OLIVEIRA, 2001, p. 107).

A síntese que apresentamos revela apenas uma parte dos dados e das experiências que vêm sendo implantadas no país. A produção bibliográfica sobre esses cursos é ainda reduzida, assim como não há informações sistematizadas sobre os seus resultados quanto ao acesso ao ensino superior de seus egressos, como também observou Paulo (2005, p. 73). No entanto, não podemos desconsiderar o crescimento dos cursos pré-vestibulares em todo país, conforme se pode acompanhar pelos trabalhos acadêmicos

produzidos, assim como em notícias de jornais de circulação nacional e em *sites* da internet. São iniciativas que vêm envolvendo vários setores da sociedade, aumentando numericamente e se diversificando.

### **Pré-Vestibular Cidadania: proposta pedagógica e perfil dos estudantes**

No segundo item deste trabalho apresentaremos parte dos resultados de uma pesquisa realizada no Curso Pré-Vestibular Cidadania, destacando a composição social de seu público e seu projeto voltado para uma política de redução das desigualdades educacionais. Tendo início em 1996, com 50 candidatos, dobrou esse número em 2000 e dois anos depois, em 2002, esse projeto contava com 230 alunos. Como os demais projetos, ele se constitui em uma ação de caráter voluntário. Conta com a iniciativa da igreja católica e caracteriza-se por estar voltado para “o contexto das organizações das comunidades” da periferia da Grande Florianópolis, com atividades que não são unicamente dirigidas para o pré-vestibular.<sup>7</sup> Destina-se à população de origem negra e aos jovens de baixo poder aquisitivo.

Assim como em outros projetos, fica explícita a proposta de um trabalho que vincula teoria e prática e não se limita à preparação para o exame vestibular, mas dedica-se à formação no seu sentido mais amplo, como a promoção do espírito crítico e o exercício da cidadania. Citando documento elaborado pelo CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR (CEDEP, 2002), o objetivo geral do projeto é a “formação do cidadão solidário e consciente de sua responsabilidade social diante de sua realidade histórica.” O documento consultado destaca ainda como objetivos específicos do pré-vestibular :

- ♦ dar condições para o aluno poder concorrer a uma vaga na universidade (especialmente aqueles que sofreram um processo histórico de exclusão);
- ♦ subsidiá-los na formação intelectual, do caráter e personalidade dentro de uma visão integral de homem;
- ♦ oportunizar o aprofundamento reflexivo de sua vida e práticas comunitárias;
- ♦ fortalecer-los no sentimento de cidadania pela ação solidária;

- ♦ incentivar a comunidade afro-descendente e demais empobrecidos a entrarem na universidade buscando o resgate de suas potencialidades.

Outro objetivo é o desenvolvimento de um trabalho que não tenha o cunho assistencialista e nesse sentido os alunos devem assumir o compromisso de prestação de um trabalho comunitário “em qualquer instância organizativa”. O envolvimento comunitário é definido como uma “prática de exercício coletivo em espaços organizativos que as comunidades viabilizam: centros comunitários, igrejas, atividades culturais e esportivas, serviços comunitários, meio ambiente, etc., que reforcem a organização comunitária.” (CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR, [2002]).

Conforme seu projeto, o curso tem duração anual, num total de 800 horas/aula, com planejamento e avaliação semestral e funcionamento noturno e aulas de revisão aos sábados. Compõem a grade curricular as disciplinas do ensino médio (Português, Literatura e Redação, Matemática, Física, Biologia e Química, Língua Estrangeira, Geografia, História) e a disciplina “cidadania e cultura”, presente também em outros cursos conforme a literatura consultada.

Como indica a bibliografia consultada sobre outros cursos no país, na sua grande maioria eles funcionam no período noturno ou aos sábados, e são experiências que sobrevivem do trabalho voluntário de professores e outros membros responsáveis pela coordenação entre outras funções. Uma pesquisa realizada com 22 professores do PVNC no Rio de Janeiro, mostra que o corpo docente é composto em sua grande maioria por ex-alunos de algum núcleo do PVNC, de modo geral jovens (entre 23-28 anos), em sua maioria cursando graduação ou pós-graduação ou que já concluíram esses cursos e mantém algum vínculo empregatício fora dessa atividade voluntária. (CANDAU, apud OLIVEIRA, 2001, p. 111). O Projeto Cidadania enquadra-se nessa realidade. Seu corpo docente é composto por universitários, professores de escolas públicas e privadas, professores de cursinhos privados e professores universitários.

Considerando a forte demanda de candidatos, há um processo de seleção que leva em conta a condição econômica, ser egresso da rede pública (exceção aos bolsistas) além do interesse e afinidade com o projeto.

Tem ainda como critério conceder prioridade a estudantes originários de comunidades organizadas. Após a seleção permanece uma relação daqueles que não foram contemplados na primeira chamada e estes poderão preencher as vagas criadas pelas desistências que ocorrem durante o ano.

Para conhecer melhor tanto o perfil daqueles inscritos para o processo seletivo quanto do grupo que já freqüentava o Pré-Vestibular Cidadania, analisamos dados desses dois grupos. Em relação ao primeiro, foram analisadas 971 fichas de inscrição, referentes aos anos 2003 e 2004 em que este curso obteve um total de 552 e 419 inscrições respectivamente. Com o segundo grupo, aplicamos um questionário para 126 estudantes que freqüentavam o curso em 2004. Os dados abaixo representam uma parte desse material de pesquisa.

Esses levantamentos indicam que os inscritos e aqueles que freqüentavam o curso eram na sua maioria solteiros, ou seja: do primeiro grupo 81% em 2003; 89% em 2004 e do segundo 92% (gráfico n. 1). Quanto à idade, 46% dos inscritos em 2003 e 48% em 2004 tinham entre 16 e 20 anos. De acordo com a legislação educacional brasileira, a faixa etária adequada ao ensino médio é de 15 a 17 anos. Conforme indicamos no gráfico n. 2, em anexo<sup>8</sup>, no grupo de estudantes que freqüentavam o PVP no momento da pesquisa, apenas 17% tinham idade entre 17 e 18 anos; 28% entre 19 e 20 anos; 20% na faixa de 21 e 22 anos; 13% de 23 a 25 anos e os demais acima dessa idade. Portanto, uma parte significativa iria realizar o vestibular vários anos após a idade considerada “normal”. Paulo (2005, p.80), ao pesquisar as características dos 76 ingressantes no PVNC do Rio de Janeiro, mostra uma tendência semelhante: a idade média da população estudada era de 24 anos e, entre os pesquisados, 35,5% haviam interrompido os estudos uma ou mais vezes. Pesquisas com estudantes do ensino superior provenientes dos meios populares reforçam essa constatação, ou seja, o ingresso tardio no ensino superior (ZAGO, 2006).

Conforme vimos anteriormente, um dos objetivos centrais da formação no pré-vestibular está voltado para a inclusão de minorias étnicas e sociais no ensino superior. A pesquisa que realizamos indica que a demanda pelo curso é feita por uma população predominantemente branca: 83% em 2003 e 82% em 2004 assim se declaravam. No Rio, a pesquisa com os estudantes do PVNC mostra uma proporção diferente: dos 76 estudantes pesquisados, 76,3% se declararam afro- descendentes (PAULO, 2005, p. 32).

Há portanto variações importantes na composição étnica, provavelmente decorrentes das políticas estabelecidas pelos diferentes PVP.

Entre os inscritos, predomina o sexo feminino, com 68% de candidatas em 2003 e 58% em 2004, tendência em favor das mulheres que se mantêm entre aqueles que freqüentavam o curso: 56 % do sexo feminino e 44 % do masculino (gráfico n. 3). A mesma pesquisa citada acima, realizada no Rio de Janeiro, mostra igualmente o predomínio de estudantes do sexo feminino no PVNC, cuja representação era da ordem de 71%. Essa tendência corrobora as estatísticas nacionais que indicam maior representatividade feminina no ensino superior (RISTOFF; GIOLO, 2006).

Ainda em relação ao perfil, os demandantes pelos pré-vestibulares trabalham ou procuram uma ocupação remunerada. São estudantes que conciliam atividades escolares e profissionais, pois 59% de inscritos nos anos de 2003 e 2004 (ou seja 328 e 248 respectivamente) tinham uma ocupação remunerada. Esse percentual é maior entre os que freqüentavam o curso: 64% trabalhavam no momento da pesquisa, 17 % procuravam emprego, enquanto 19% somente estudavam (gráfico n. 4). Entre os que trabalhavam no momento da inscrição no curso, a renda estava assim distribuída: 25% em 2003 e 17% em 2004 tinham renda de até um salário mínimo; de um até dois salários-mínimos era a faixa de renda da maioria dos inscritos: 64% em 2003, 71% em 2004. Acima desses níveis a proporção era de 7% em 2003 e 10% em 2004.

Foi interesse da pesquisa levantar igualmente dados sobre o histórico escolar. Os inscritos que se apresentaram nos anos de 2003 e 2004 para uma vaga no pré-vestibular gratuito, eram provenientes sobretudo do ensino fundamental público, representando 96% do total (530 e 401 respectivamente). A grande maioria dos candidatos era também de egressos do ensino médio da rede pública: 76% em 2003 e 82% em 2004 (ou respectivamente 419 e 343). Ainda em relação ao ensino médio, a maioria dos candidatos freqüentou cursos de formação geral (64% em 2003 e 75% em 2004) e em menor número profissionalizante (19% dos inscritos em 2003 e 10% em 2004). Também é significativa a proporção daqueles que concluíram esse nível de ensino em cursos supletivos (16% em 2003 e 14% em 2004). Esses dados são bastante próximos daqueles referentes aos alunos que freqüentavam o curso em 2004: 89% cursaram todo o ensino fundamental e 79% todo o ensino médio na rede pública (gráficos n. 5 e

6). As demais situações estão distribuídas entre a rede particular, particular com bolsa e formação alternada entre o público e o privado.

Os estudantes, na sua grande maioria (69%), estavam cursando pela primeira vez o pré-vestibular e 31% haviam realizado a mesma formação (tabela 1). No entanto, dos 126 egressos do ensino médio que preencheram o questionário, a grande maioria (103 ou 81,7%) já havia passado pela experiência do vestibular em anos anteriores. Deste número, é significativa a proporção (aproximadamente a metade) daqueles que fizeram o exame vestibular duas ou mais vezes, enquanto que para 25,5% destes, esse número foi de três a seis vezes ou mais (tabela 3). É também significativa a proporção daqueles que, após insucesso na seleção do vestibular, retornaram para o PVP (68% conforme tabela 2).

### **Considerações finais: limites e possibilidades**

Os pré-vestibulares populares, como já observamos, fazem parte de iniciativas que vêm crescendo numericamente e ganhando visibilidade num momento de grande discussão sobre o ensino superior brasileiro e suas grandes contradições. Apesar de não dispormos de dados precisos sobre os seus resultados, os indicadores existentes permitem concluir que esses cursos vêm exercendo um papel importante na demanda e também no acesso ao ensino superior.<sup>9</sup> Além disso, exercem uma função política ao denunciar a discriminação racial e desigualdades escolares e sociais. O PVP representa a oportunidade de retomada dos estudos e ao mesmo tempo um espaço de sociabilidade e formação de subjetividades, tal como revelam os dados da pesquisa de campo, particularmente quando os alunos envolvidos no projeto falam do valor simbólico que representa a continuidade dos estudos ou ainda das experiências sociais com colegas e professores do curso.

Como já mencionamos, um dos eixos fundamentais dos PVP, estruturado na disciplina Cultura e Cidadania, parece garantir certa identidade desses cursos. Conforme observa Paulo (2005, p. 74) em seu estudo sobre um núcleo do PVNC, o diferencial deste para “outros cursos preparatórios é a intenção de manter constante reflexão em cada núcleo, sobre a relação cidadania/cultura de maneira tão própria e singular a ponto de muitos sujeitos identificarem a disciplina Cultura e Cidadania com o próprio PVNC”. Essa adesão também foi manifestada por vários de nossos entrevistados, conforme ilustra a citação abaixo:

*De início o Centro de Educação e Evangelização popular (CEDEP)<sup>10</sup> era para mim a oportunidade de estar fazendo um pré-vestibular gratuito e de qualidade. Mas no momento em que estava no processo de conseguir a vaga e depois já como aluna, vi que o CEDEP era muito mais um projeto especial. Fico feliz em fazer parte deste que é um diferencial, onde resgata a solidariedade, o cooperativismo [...] o caminho para que outro mundo seja possível com direitos iguais para todos.*

A leitura dos trabalhos produzidos e os relatos que obtivemos nos questionários apóiam o que também observa Silva (2005, p. 15) a respeito da disciplina Cultura e Cidadania do PVCR, cuja prática

proporciona o exercício do auto-conhecimento e por isso é emancipatório, na medida em que alunos, professores, coordenadores e colaboradores podem identificar e reconhecer algumas das complexas razões dos problemas que os mantém distantes dos conteúdos exigidos pelo vestibular e, conseqüentemente, do acesso à universidade.

Mas esse eixo pedagógico fundado na cultura e cidadania, norteador dos pré-vestibulares, não é isento de contradição conforme o mesmo autor. Esta pode ser observada na relação entre “uma proposta progressista e qualitativa de educação e as exigências conteudistas e quantitativas dos exames vestibulares.” (SILVA, 2005, p. 1). Observa que um dos obstáculos que entende como comum à maioria dos pré-vestibulares populares é o “trabalho que tenta compatibilizar a formação política e a preparação para o vestibular, ao mesmo tempo em que questiona essa forma de ingresso, nas universidades públicas, principalmente.” (SILVA, 2005, p. 15).

Outro eixo que marca os PVP está voltado para ações que possibilitem influenciar as “políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, corrigindo, assim, as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais.” (SILVA, 2005, p. 8). Alguns estudos consultados indicam mais claramente ações práticas nessa direção. É o caso, por exemplo, do trabalho de Paulo (2005, p. 31) que analisou o PVNC no Rio de Janeiro, indicando os resultados políticos, tais como : a redução das

taxas cobradas nas inscrições para o vestibular em universidades públicas; representação nas discussões sobre reserva de vagas para negros e egressos de escolas públicas assim como no programa de apoio ao estudante.

Entre os impasses da proposta pedagógica e os benefícios assinalados, os pré-vestibulares têm lacunas decorrentes das condições reais de funcionamento (trabalho voluntário, estrutura física e financeira) tornando sua existência instável. Mas os limites são também de ordem mais global, relacionados à própria estrutura do sistema de ensino brasileiro. Eles fazem parte de iniciativas de setores organizados da sociedade que têm uma proposta política para a democratização do acesso ao ensino superior e lutam no interior de um quadro estrutural com profundas contradições. Nesse sentido suas ações estariam longe ainda de garantir a aproximação efetiva das chances de acesso ao ensino superior.

As estatísticas educacionais vêm de fato evidenciando que conseguimos manter um maior contingente da população por mais tempo na escola, mas, como também revelam diversas pesquisas, esse indicador positivo não eliminou os problemas relativos à qualidade do ensino básico entre outros que reforçam as desigualdades entre grupos sociais. Desse modo, ao analisar as repercussões dos pré-vestibulares populares sobre os estudantes de baixa renda, não podemos desconsiderar os limites dessas iniciativas no contexto mais global da seletividade no acesso e permanência no ensino superior.

Um dos maiores problemas que enfrentam os candidatos ao vestibular reside na qualidade do ensino obtido para enfrentar o exame de seleção em vestibulares concorridos, normalmente em instituições públicas, da qual dependem para prosseguir os estudos.<sup>11</sup> Os cursos populares representam uma oportunidade de retomar os estudos e suprir algumas defasagens da escolaridade básica. Mas, evidentemente, não podem dar conta das lacunas de conhecimento que vão deixando marcas ao longo dessa formação e que vão produzindo, o que Bourdieu e Champagne (2003) denominaram de “eliminação branda”, na medida em que a eliminação vai se processando durante todo o percurso escolar, cujos efeitos são cumulativos, conforme também ilustram os depoimentos dos estudantes :

*“Na escola pública eles não te preparam como deveria. Os conteúdos que foram dados a maioria das vezes são incompletos e também tem muitas greves. Por isso o pré-vestibular da cidadania é muito importante.”*

*“Como parei um tempo de estudar e terminei o I e IIº graus fazendo supletivo, não tive todos os conteúdos que precisaria.”*

*“Minha formação escolar foi muito fraca em escolas do interior, muito deficiente em recursos, profissionais não qualificados, sendo que fiz o curso profissionalizante (magistério) onde a grade curricular é muito vaga em conhecimentos gerais, ou seja, se faz necessário ter um IIº grau o qual na verdade não tive.”*

Conforme dados da pesquisa, a população atendida nos pré-vestibulares populares é majoritariamente de baixa renda, formada por trabalhadores ou jovens que estão procurando emprego, com reduzido tempo para os estudos e um passado escolar com defasagem de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos durante a escolarização básica, como também observou Oliveira (2001, p. 105) em seu estudo. As principais razões pelas quais desistem de freqüentar o pré-vestibular estão relacionadas às difíceis condições econômicas e às dificuldades em acompanhar os conteúdos requisitados no vestibular. Segundo nossa pesquisa, entre outras analisadas, a evasão nos PVP durante o ano letivo é considerável, dado este que demonstra os limites da permanência dos jovens nesses cursos. Ao serem questionados sobre dificuldades que encontram na realização do pré-vestibular, encontramos com recorrência argumentos como estes:

*“Falta de dinheiro para pagar passagem, só consigo vir porque ganho o passe.”*

*“Tenho dificuldades em acompanhar a turma devido a minha deficiência em conhecimentos gerais e falta de leitura.”*

*“Está sendo difícil trabalhar durante todo dia e estudar à noite.”*

*“Muito cansaço, comecei estudar coisas que nunca tinha estudado e tenho receio de que não tenha conseguido absorver tudo que precisava e também pelo cansaço de trabalhar o dia todo.”*

*“É cansativo e depois de se tentar várias vezes você pensa em desistir.”*

Conscientes dessas formas de eliminação, retomam a formação após o ensino médio em cursos condizentes com suas possibilidades financeiras. Essa formação suplementar é, portanto, bastante desigual entre os candidatos ao vestibular.

Reforçamos essa questão com o que já observamos em outro artigo (ZAGO, 2007): o comércio dos cursinhos pré-vestibulares, aliado a uma série de estratégias familiares, contribui para a elitização do ensino superior. A origem social exerce forte influência no acesso às carreiras mais prestigiosas, pois a ela estão associados os antecedentes escolares e uma série de investimentos que se transformam em credenciais com peso não negligenciável nos processos seletivos (aulas particulares, viagens, cursos de língua estrangeira, intercâmbios culturais, para citar alguns exemplos). Mas a influência não é apenas resultado dessas estratégias objetivas mas também de um conjunto de disposições, isto é de habitus que direcionam a “escolha” do curso entre outras práticas. Tornou-se amplamente conhecida a tese de que “quanto mais importantes os recursos (econômicos e simbólicos) dos pais, mais os filhos terão chances de acesso ao ensino superior e em cursos mais seletivos, mais orientados para diplomas prestigiosos e empregos com melhor remuneração.” (GRIGNON; GRUEL, 1999, p. 183). As desigualdades são portanto ampliadas também pelo crescimento dos investimentos educativos por parte das famílias em condições de fazê-los e, como estes são diferenciados pelo lugar que ocupam no espaço social, aumentam as distâncias entre os grupos sociais, como ilustram Bourdieu e Champagne (2003, p. 223):

[...] os alunos “bem nascidos”, que receberam da família um senso perspicaz do investimento, assim como os exemplos ou conselhos capazes de ampará-lo em caso de incerteza, estão em condições de aplicar seus investimentos no bom momento e no lugar certo, ou seja, nos bons ramos de ensino, nos bons estabelecimentos, nas boas seções, etc.; ao contrário, aqueles que são procedentes de famílias mais desprovidas e, em particular, os filhos de imigrantes, muitas vezes entregues completamente a si mesmos, desde o fim dos estudos primários, são obrigados a se submeter às injunções da instituição escolar ou ao acaso para encontrar seu caminho num universo cada vez mais complexo e são, assim, voltados a investir, na hora errada e no lugar errado, um capital cultural, no final de contas, extremamente reduzido.

A análise das características sociais, econômicas e culturais do público que reivindica um lugar nos cursos pré-vestibulares para aumentar suas chances nos concorridos vestibulares, especialmente públicos, mostra assim as outras facetas da exclusão. A expansão do ensino, nos moldes como vem se realizando, não tem favorecido aqueles que não podem custear uma formação em instituições privadas, ainda que existam políticas de financiamento estudantil e concessão de bolsas.

Como observam Pacheco e Ristoff (2004, p. 8), para atingir as metas do PNE, de abrigar 30% da população da faixa etária até 2010, “o Brasil não pode mais depender exclusivamente da força inercial do mercado.” Os autores apresentam uma série de indicadores para apoiar essa afirmação e concluem que “a esperança de inclusão dos enormes contingentes que buscarão educação superior nos próximos anos [...] passa pelas políticas de fortalecimento do setor público.” (PACHECO; RISTOFF, 2004, p. 9).

O estudo sobre o acesso dos meios populares ao ensino superior conduz, inevitavelmente, o pesquisador para questões centrais da problemática das desigualdades educacionais, entre outras, a seletividade no momento do acesso, com repercussões no ingresso tardio, na natureza do curso e, conseqüentemente, no valor diferencial do diploma obtido. As pesquisas sobre o prolongamento da escolarização nesses meios sociais vêm revelando formas precárias de inclusão no sistema de ensino e estas não se limitam aos níveis mais avançados de escolarização.

Não resta dúvida de que a democratização do ensino pela aproximação das chances escolares depende, em grande medida, do fortalecimento do setor público em todos os níveis de ensino e de políticas (não paliativas) de combate à pobreza. Já foi suficientemente demonstrado que os problemas que envolvem a seletividade no acesso ao ensino superior e as desigualdades de permanência nesse ensino não são problemas propriamente do mundo universitário, mas de processos excludentes produzidos por uma sociedade historicamente hierárquica e profundamente desigual.

## Notas

- 1 Para dados históricos dos PVP nos apoiamos especialmente em Oliveira (2001) e Thum (2000).

- 2 Para uma descrição mais detalhada dos cursos indicamos os trabalhos de Oliveira (2001) e Thum (2000).
- 3 Oliveira (2001, p. 95) identificou divergências na cobrança de taxa e recebimento de ajudas financeiras externas, pois para alguns sinalizam uma descaracterização do caráter popular das iniciativas, enquanto para outros o que define esse caráter é o projeto político-pedagógico.
- 4 São exemplos: Projeto Novo Vestibular (PNV); Pré-Vestibular Desafio – da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Pelotas – Rio Grande do Sul (RS); Cursinho da POLI – Grêmio da Politécnica da Universidade de São Paulo – (USP); Cursinho do Centro Acadêmico de Direito da USP ; Cursinho da Psicologia da Universidade do Sagrado Coração (USC) (do Centro Acadêmico de PSI da USP); Cursinho Herbert de Souza criado por estudantes da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Cursinho Moradia, ligado aos estudantes da UNICAMP residentes em moradia estudantil; no Estado do Rio de Janeiro : Pré-vestibular comunitário, de alunos da faculdade de direito da UFRJ; o Pré-vestibular Popular, ligado ao Diretório Acadêmico dos estudantes da Universidade Federal Fluminense UFF/DCE e o Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares, de iniciativa de estudantes de universidades públicas e militantes de movimentos populares de Niterói. (OLIVEIRA, 2001).
- 5 O PVNC no Rio de Janeiro foi criado na Baixada Fluminense, em 1993, tendo como idealizador Frei Davi Raimundo dos Santos (PAULO, 2005, p. 26). Conforme a mesma autora, a ligação da igreja católica com o PVNC vai até, aproximadamente, 1997 (PAULO, 2005, p. 4-5).
- 6 A EDUCAFRO é uma Organização não Governamental (ONG) que surgiu de uma experiência de cursos iniciada em 1993 pela Pastoral do Negro da Igreja Católica no Rio de Janeiro. (MOVIMENTOS..., 2002).
- 7 Além do pré-vestibular, fazem parte das ações outros projetos educativos com crianças, desenvolvidos em periferias urbanas de Florianópolis.
- 8 Em anexo apresentamos parte dos resultados aqui citados: os gráficos e tabelas revelam dados da pesquisa efetuada com os egressos do ensino médio que freqüentavam, no momento da pesquisa, o curso PVP.

- 9 Alguns registros indicam um índice de aprovação bastante expressivo, como é o caso do “Pré-Vestibular do SINTUFRJ, que em 1996 obteve o 8º lugar no *ranking* de aprovação do vestibular da UFRJ, e conseguiu aprovação da maioria dos seus alunos em universidades públicas. Em 1998, atendendo 200 alunos, alcançou 50% de aprovados” Ou ainda o Pré-vestibular da Maré, que até o ano de 2000, 151 de seus egressos haviam conseguido vagas em universidades públicas e na PUC. (OLIVEIRA, 2001, p. 104-106)
- 10 Declaração de uma estudante do Pré-Vestibular da Cidadania.
- 11 No último vestibular prestado, a grande maioria dos estudantes que participaram da pesquisa se inscreveu unicamente em instituições da rede pública de ensino superior (tabela 4).

### Referências

- BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO E VANGELIZAÇÃO POPULAR. *Projeto pré-vestibular da cidadania*. CEDEP: Florianópolis: CEDEP, 2002. Documento mimeografado.
- CURSO popular ajuda a passar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20, fev., 2000. Cotidiano.
- DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. Políticas públicas e reforma da educação superior no Brasil: impasses e perspectivas. *Proposições*, Campinas, SP, v.15, n. 3, p. 91-115, 2004.
- GRIGNON, C.; GRUEL, L. *La vie étudiante*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Censo de Educação Superior 2003*. Brasília, 2003.
- MOVIMENTOS sociais reivindicam espaço. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27, maio 2002. Cotidiano.

OLIVEIRA, E. S. *Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana*. 2001. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, R. J., 2001.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 2004. (Série Documental: Textos para Discussão, 12).

PAULO, N. R. dos S. de. *Movimentos de educação popular: um estudo sobre os pré-vestibulares para negros e carentes do estado do Rio de Janeiro*. 2005. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RISTOFF, D. I.; GIOLO, J. (Org.). *Trajetória da mulher na educação brasileira superior: 1991-2004*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SAMPAIO, Helena. *Ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2000.

SILVA, R. T. da. Pré-vestibular comunitário da Rocinha: a latência da racialidade na tensão entre as estratégias reguladoras e as táticas subversivas. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambú, M.G. *Anais eletrônicos...* Caxambú, MG: ANPED, 2005. GT 03 – Movimentos Sociais e Educação. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/Gt03.Htm>>. Acesso em: 2 set. 2006.

THUM, C. *Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública*. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Florianópolis, 2000.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 32, p. 226-237, 2006.

ZAGO, Nadir. Prolongamento da escolarização nos meios populares e as novas formas de desigualdades educacionais. In: PAIXAO, Lea P.; ZAGO, Nadir (Org.). *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 128-153.

## ANEXOS

## Caracterização dos estudantes que freqüentavam o curso PVP ano 2004



Gráfico 1: distribuição dos estudantes segundo o estado civil

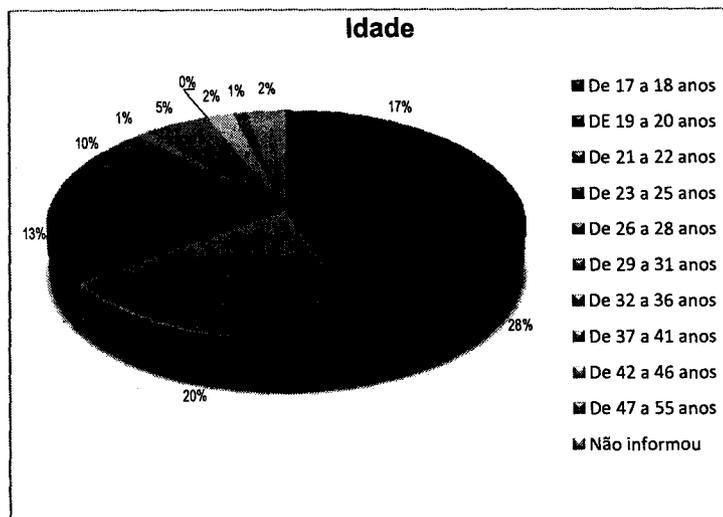


Gráfico 2: distribuição dos estudantes segundo a idade

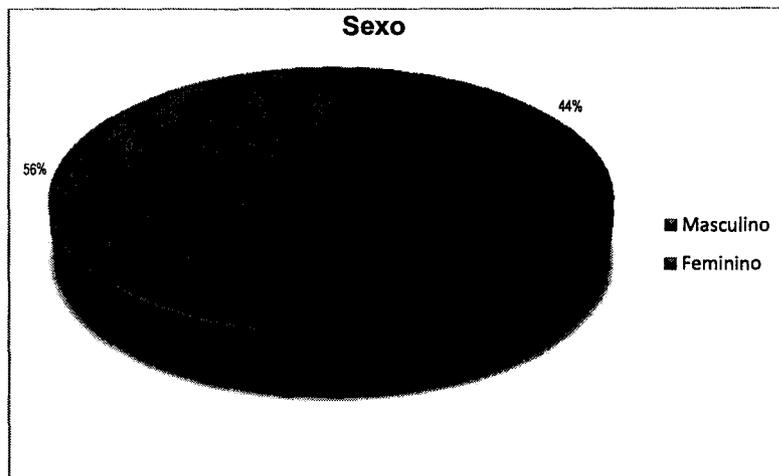


Gráfico 3: distribuição dos estudantes segundo o sexo

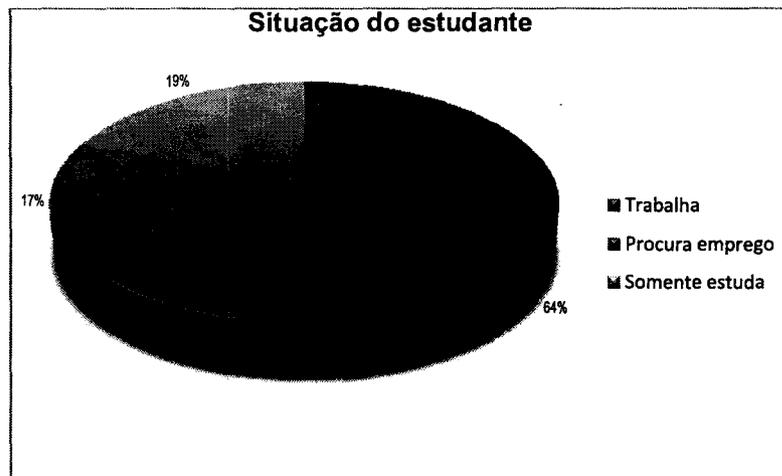


Gráfico 4: trabalho e escolaridade

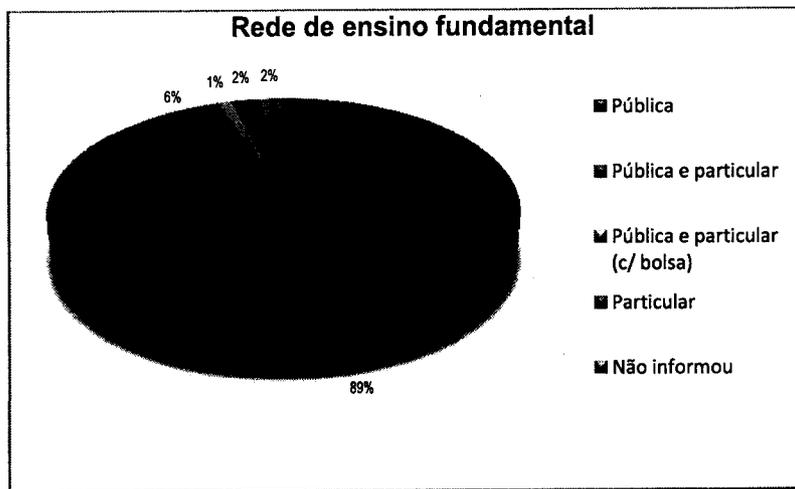


Gráfico 5: rede onde cursou o ensino fundamental

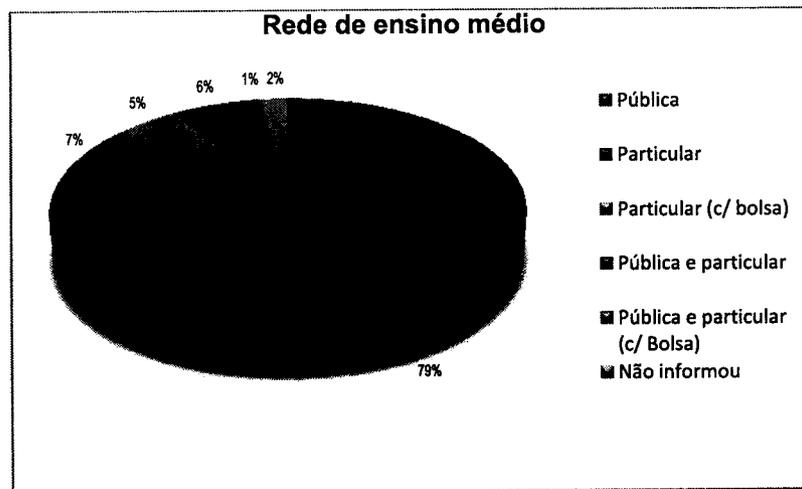


Gráfico 6: rede onde cursou o ensino médio

Tabela 1: realização de curso pré-vestibular

<b>Frequência em cursos de pré-vestibular populares</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Realiza pela primeira vez	87	69,0
Cursou em anos anteriores	39	31,0
<b>Total geral</b>	<b>126</b>	<b>100,00</b>

Tabela 2: número e natureza dos cursos pré-vestibulares realizados

<b>Pré-vestibulares realizados</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pré-vestibular popular	34	68,0
Pré-vestibular popular e particular	1	2,0
Pré-vestibular particular	11	22,00
Pré-vestibular particular (com bolsa)	4	8,0
<b>Total geral</b>	<b>50</b>	<b>100,0</b>

Tabela 3: número de vestibular prestado

<b>Número de vestibulares prestados</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Nunca prestou vestibular	23	18,3
1 vez	44	34,9
2 vezes	27	21,4
3 vezes	19	15,1
4 vezes	6	4,8
5 vezes	3	2,4
6 vezes ou mais	4	3,2
<b>Total geral</b>	<b>126</b>	<b>100,0</b>

Tabela 4: inscrição no último vestibular segundo a rede de ensino

<b>Última inscrição segundo a rede de ensino superior</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Pública	107	84,9
Pública e Privada	1	0,8
Não informou	18	14,3
<b>Total geral</b>	<b>126</b>	<b>100,0</b>

## Popular “pre-vestibular” courses: limits and perspectives

### Abstract:

This article concerns the “pre-vestibular” (college entrance exam preparation) courses, known as community or popular courses, which were implemented in Brazil in the 1990’s with the goal of democratizing education. In recent years, there has been a widely recognized intensification of demand for higher education due to the expansion of primary education, urbanization and transformations in the labor market. This has had deep repercussions on unemployment, above all among youth. The expansion policies, given the privatization of Brazilian higher education, do not favor the access of those graduating from high school, who depend essentially on public education to continue their schooling. Considering the limited amount of studies of this issue, we sought to provide a brief history of these courses in Brazil. The article also presents the results of a study of those registered in the selection process and students in a popular “pre-vestibular” exam in the city of Florianópolis, highlighting their social composition and the exam’s objective of reducing educational inequalities, its limits and possibilities.

**Key words:** Social and educational inequalities. Popular “pre-vestibular” courses. Access to higher education.

## Cursos de ingreso a la Educación Superior populares: límites y perspectivas

### Resumen:

El presente artículo trata sobre los cursos de ingreso también llamados de cursos comunitarios o populares que se consolidaron en Brasil en la década del noventa y tienen como principal objetivo la democratización de la enseñanza. En los últimos años es notoria la intensificación de la demanda por la enseñanza superior debido a la expansión de la enseñanza básica, la urbanización y las transformaciones del mercado de trabajo, con profundas repercusiones en el desempleo, sobre todo entre los jóvenes. Las políticas de expansión mediante la privatización de la educación superior brasileña no favorecieron el acceso de los egresados del secundario que dependen esencialmente de la enseñanza pública para continuar sus estudios. Considerando la reducida producción sobre el tema, procuramos realizar un breve histórico sobre la existencia de esos cursos en el país. También uno de los objetivos de este artículo, es el de presentar parte de los resultados de la investigación con estudiantes inscriptos en el proceso de selección y estudiantes de un curso de pre-ingreso popular en la ciudad de Florianópolis, destacando la composición social de su público y los fines de su proyecto que prioriza una política de reducción de las desigualdades educacionales, sus límites y posibilidades.

**Palabras-clave:** Desigualdades sociales y educacionales. Curso de Pre-Ingreso populares. Acceso a la Educación superior.

**Nadir Zago**

Universidade Federal de Santa Catarina – CED/UFSC

*E-mail:* nadirzago@uol.com.br

**Recebido em:** 3/4/2008

**Aprovado em:** 19/6/2008